

TÍTULO: PESQUISA E EXTENSÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORES: Anete Abramowicz (anetabra@power.ufscar.br); Admir Basso (admbasso@sc.usp.br); Itacy Salgado Basso (itacy@power.ufscar.br); Maria Aparecida Mello (mmello@power.ufscar.br)

ÁREA TEMÁTICA: Educação

Este é um trabalho de pesquisa e extensão que vem sendo realizado por um grupo de pesquisadores dos departamentos de Metodologia de Ensino da UFSCar e de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos em parceria com a Secretaria da Educação e Cultura de São Carlos e financiado pela FAPESP.

O objetivo central do trabalho consiste em realizar um amplo diagnóstico da rede de creches do município em relação à população atendida, ao perfil das profissionais desta rede, às condições de habitabilidade em conforto ambiental do equipamento, bem como traçar um quadro dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos com as crianças pequenas nestas instituições. Pretende-se, ainda, produzir uma metodologia de avaliação para a rede, comparando com os parâmetros de avaliação existentes para a educação infantil.

A inclusão da Educação Infantil na Lei de Diretrizes e Bases (LDB de 1996 art. 29) como direito das famílias e dever do Estado, visando ao desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, tem gerado um olhar mais cuidadoso de diversas áreas para essa faixa etária de ensino. As pesquisas nas universidades, os fóruns sobre a educação da criança pequena, as iniciativas públicas e particulares têm se ampliado na discussão e implementação de propostas de educação de qualidade para as crianças de creches e pré-escolas.

Essa inclusão é importante não apenas em relação aos direitos da criança à educação gratuita, mas também por integrar a educação infantil à educação básica, conforme a lei sobre a Composição dos Níveis Escolares (LDB, 1996 art.21, I): "*educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio*".

A integração da educação infantil à educação escolar é o resultado das lutas de anos dos movimentos sociais, de professoras, de pesquisadores da área e demais

envolvidos com a educação da criança pequena. Durante muito tempo prevaleceu uma visão de provisoriedade na educação das crianças pequenas, o que não contribuía para o desenvolvimento integral delas. Essa conquista da educação para a criança de zero a seis anos deixa de ter um caráter circunstancial e se concretiza como um direito garantido.

A Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1999 (Resolução CEB Nº 1, de 7/04/1999) aponta mudanças importantes e necessárias a serem implementadas nos locais que oferecem esse nível de educação e ensino, com relação à formação dos profissionais, à estrutura física dos equipamentos, etc..

As conseqüências da aprovação das referidas diretrizes já se fazem sentir na rede de creches da cidade de São Carlos a qual, a partir de 1999, passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Educação e não mais da Secretaria da Promoção e do Bem-Estar Social. Os acontecimentos produzidos por essa mudança geraram uma parceria, até então inédita, entre a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e um grupo de professores do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos que vem desenvolvendo pesquisas e projetos na área de Educação Infantil e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da USP, o qual desenvolve pesquisas na área das Condições de Habitabilidade (conforto do ambiente construído).

A educação infantil já faz parte das metas educacionais da Secretaria de Educação da cidade, a qual se concretiza por meio das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's). No entanto, as creches, recém-incorporadas por essa secretaria, trazem componentes ao mesmo tempo desconhecidos e novos, que serão a matéria bruta do trabalho conjunto entre a universidade e a secretaria.

A relevância e o desafio que este trabalho anuncia são de duas ordens principais. A primeira é a possibilidade de se introduzir, em um equipamento, uma concepção educacional que esteja baseada em novos pressupostos, pois, até então, estava vinculado a uma perspectiva educacional assentada na assistência e no bem-estar social. A segunda, a necessidade de não escolarizar tal rede, principalmente em seus aspectos normativos e disciplinares. Portanto, o desafio a ser enfrentado será o de introduzir a creche nesta tênue fronteira entre a escola e a educação, desenvolvendo novas possibilidades de práticas para as educadoras de creche e para a elaboração de uma política pública de educação infantil partilhada entre as professoras, as diretoras, a prefeitura e a universidade.

A perspectiva desta parceria é delinear políticas de educação de qualidade para as crianças pequenas da cidade de São Carlos, principalmente àquelas provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo, maioria da população das creches. Além disso, esperamos que tais políticas transcendam os limites do município e se instalem em outros.

Para tanto, pretende-se elaborar um diagnóstico da rede municipal de creches de São Carlos, com o intuito de caracterizar as condições atuais de funcionamento dos equipamentos e, ao mesmo tempo, constituir um banco de dados para informatizar essa rede, propiciando condições para uma forma alternativa de gestão, de racionalização, de sistematização, de atualização dos dados desta rede pública e acesso a eles para a produção de políticas municipais no âmbito da educação infantil.

Realizar um trabalho em política pública, neste momento, para a educação infantil significa assumir tarefas de grande envergadura e que merecem reflexões, discussões e implementação em parcerias, pois há muito por fazer e pouco trabalho acumulado.

Há, portanto, a necessidade de se produzir algumas políticas: de *formação das profissionais* (capacitação em serviço das profissionais desta rede, já que algumas delas não terminaram o ensino fundamental), de *educação* (elaboração de propostas que contemplem um trabalho relevante, significativo e prazeroso com as crianças pequenas e que, principalmente, dê condições às crianças pobres de entrarem no ensino fundamental, permanecerem e saírem dele sem fracasso), de *gestão*, de *avaliação* destes equipamentos (para que as crianças e as profissionais não fiquem abandonadas às suas próprias forças ou dependentes das gestões que se seguem), de *condições de habitabilidade* (em relação à construção destes equipamentos, que em geral são adaptados inadequadamente para as crianças pequenas), enfim de uma política pública em educação infantil. Com relação à política de condições de habitabilidade, cabe ressaltar, ainda, que, mesmo sendo de fundamental importância na educação infantil, na maioria das vezes, os espaços nos quais as crianças de creche passam, em média, dez horas diárias são secundarizados ou até abandonados. No geral, não fazem parte das propostas educativas para essas crianças rever, discutir e melhorar as condições físicas e de habitabilidade das creches, considerando o tempo em que as crianças permanecem nelas.

A universidade tem uma função importante na construção de políticas públicas,

uma vez que produz conhecimento nessas áreas e deve estar contribuindo na construção desta rede de ensino que se inaugura, procurando evitar os desvios, os erros, as distorções das outras redes já sedimentadas.

Um aspecto importante nesse processo de construção e que faz parte do presente trabalho é a adoção de uma abordagem diferente das políticas públicas já vistas, que é a perspectiva de pesquisa e de parcerias em políticas públicas. Isso significa não apenas introduzir idéias e formas de trabalho, segundo interesses e padrões pré-determinados, mas sim, desenvolver pesquisa que possa levantar e implementar as idéias, as formas de trabalho e os interesses conjuntos da maioria daqueles que realmente constroem a Educação Infantil do município.

O delineamento de políticas públicas para a Educação Infantil é um acontecimento novo em nosso país. Não há muitos exemplos a serem seguidos, discutidos, refletidos e implementados. No âmbito da discussão de que a creche não tem como única finalidade cuidar das crianças, mas também efetivar um trabalho educativo, se impõem as questões de qual é, como é e como se faz política de forma cooperativa.

O diagnóstico será realizado por meio do desenvolvimento e implantação de um banco de dados, via WEB, que caracterizará, a cada ano, o perfil da população de crianças que demanda os serviços de educação infantil e daquela atendida pelas creches do município. O sistema informatizado permitirá que a Secretaria disponha de informações precisas e rápidas sobre as características das crianças incluídas na rede, como idade, gênero, necessidades especiais, nível sócio-econômico, etc. e das excluídas, no caso de falta de vagas. Este banco de dados poderá ser utilizado para outros municípios preocupados com o planejamento de políticas públicas na educação infantil.

Os objetivos gerais desta pesquisa são:

1. Oferecer elementos para a proposição de gestões administrativas e elaboração de avaliações educacionais.
2. Fornecer elementos para o estudo, reflexão e formulação de propostas educativas.
3. Fornecer soluções para a melhoria das condições da habitabilidade dos edifícios.
4. Capacitar quadros administrativos do Município para a formulação e execução das políticas nos itens anteriores.

Os objetivos específicos constituem-se em:

1. Caracterizar o perfil das profissionais das creches: dados pessoais, formação acadêmica, experiência profissional.

2. Caracterizar as concepções pedagógicas/educativas norteadoras das práticas das profissionais das creches.

3. Caracterizar o perfil da população atendida pelas creches: dados pessoais das crianças, origem social, tipo de moradia, composição familiar.

4. Caracterizar as condições físicas dos equipamentos e os materiais disponíveis para o trabalho com as crianças.

5. Levantar, analisar e avaliar as condições de habitabilidade subdivididas em condições de iluminação natural e artificial, de nível de ruído nas dependências principais das creches e de conforto higrotérmico.

Os procedimentos metodológicos foram determinados pelos objetivos específicos propostos. Estão sendo utilizados, principalmente, formulários eletrônicos, entrevistas, observação participante, filmagens, fotos e instrumentos de medidas das condições ambientais.

Quanto aos resultados, a concepção e desenvolvimento do banco de dados estão concluídos.

A equipe de pesquisadores das universidades e a equipe parceira da Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabeleceram alguns critérios para nortear o desenvolvimento do banco de dados:

- a) Facilidade de preenchimento pelo usuário;
- b) Possibilidade de ser ampliado e adaptado a outras necessidades;
- c) Programa de desenvolvimento com base num software de livre acesso, permitindo que outros usuários pudessem utilizá-lo;
- d) Fornecimento de relatórios com cruzamento de dados, permitindo, por um lado, a elaboração de um diagnóstico da rede de educação infantil, o mais preciso e completo possível, e de outro, possibilitar, a partir de uma ampla análise, o estabelecimento de políticas públicas e, também, viabilizar as possíveis adequações de cada unidade do sistema de creches, em algum de seus itens, conforme a radiografia extraída do diagnóstico.

O desenvolvimento da programação do banco de dados foi executado por uma micro-empresa denominada Radiumsystems.

A equipe de pesquisadores elaborou três tipos de formulários com questões referentes às crianças, às creches e aos funcionários, que serão preenchidos eletronicamente na base de dados do banco. Após a confecção do formulário, a equipe de pesquisadores listou todos os dados que teriam possibilidades de serem compostos a partir de relatórios que seriam fornecidos pelo banco de dados.

Será realizado um treinamento em novembro de 2002 para a equipe da Secretaria e o cadastramento das crianças que demandam os serviços das creches e as matrículas referentes a 2003 serão efetuadas eletronicamente e registradas no banco de dados.

Quanto à coleta de dados qualitativos e sua análise, os trabalhos foram apenas iniciados.

A equipe de pesquisadores e a equipe técnica da Secretaria realizaram uma visita a todas as unidades da rede municipal de Educação Infantil englobando as 12 (doze) creches pertencentes à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como as 6 (seis) creches filantrópicas que mantêm algum tipo convênio com a Secretaria, além da visita às 2 (duas) creches das universidades públicas da cidade.

Foram realizados dois tipos de registro: o primeiro foi de filmagem para retratar de forma dinâmica as condições de funcionamento no tocante às práticas educacionais. Foram 3 horas de filmagens, que tiveram por objetivo auxiliar no diagnóstico qualitativo das práticas educativas desenvolvidas por estes equipamentos. Esta filmagem se agrega a primeira que realizamos, no estudo piloto, na qual foram 6 horas de filmagem. Estas filmagens ainda serão objeto de análise na próxima fase.

O segundo registro foi fotográfico, com aproximadamente 570 fotos, das principais adequações e inadequações das condições dos espaços físicos das unidades, a análise deste material já foi realizada. Foram tiradas 36 fotos que serviram de material para diagnosticar as práticas educativas desenvolvidas por uma creche, este material foi utilizado no trabalho aprovado e apresentado na 25ª reunião Anual da ANPED.

Foram elaborados, ainda, os roteiros para o aprofundamento do diagnóstico da rede de ensino. Foi elaborado um questionário para coleta das opiniões dos funcionários e diretoras das creches sobre as condições físicas atuais das unidades, sobre o que é considerado adequado por esse conjunto de usuário dos espaços físicos. Estes instrumentos de coleta de dados foram aplicados em uma unidade como pré-teste para a verificação de sua adequação.

O pré-roteiro para a avaliação da qualidade de ensino a partir de observações das crianças atendidas, o pré-roteiro para a avaliação do ponto de vista das profissionais que trabalham nas creches e o pré-roteiro para a coleta de dados com a família usuária das creches encontram-se em fase de teste.

Tanto o diagnóstico da rede de creches realizado por meio do banco de dados, quanto a metodologia de avaliação por meio dos dados qualitativos têm previsão de término em outubro de 2003.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMOWICZ, Anete, Wajskop, Gisela – *Educação Infantil. Creches. Atividades para crianças de zero a seis anos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

ARIÈS, Philippe - *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão. O descondicionalismo da mulher*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BLACHERE, G. *Saber Construir: habitabilidad, durabilidad, economia de los edificios*. Barcelona, Técnicos Asociados, 1978.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CEV Nº 1, de 7 de Abril de 1999. Coordenação Educação Infantil MEC.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Darcy Ribeiro (Lei nº 9.394, de 1996). A Constituição da Educação Brasileira. Câmara dos Deputados: Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a educação infantil/ MEC/SEF – Brasília: MEC/SEF, 1998, 3v.

CAMBI, F., ULIVIERI, S. *Storia dell'infanzia nell'Italia liberale*. Firenze: La Nuova Italia, 1988.

CAMPOS, Maria M. Malta, ROSEMBERG, Fulvia e FERREIRA, Isabel. *Aspectos socioeducativos e sugestões para uma política nacional de educação da criança de zero a seis anos no Brasil*. São Paulo: Iplan/Ipea/Unicef, 1989b.

- CHARLOT, Bernard. *A Mistificação pedagógica*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DONZELOT, Jacques - *A polícia da família*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.8.069, de 13-07-1990: Constituição e Legislação relacionada. São Paulo: Cortez, 1991.
- KATZ, Chaim Samuel. Crianceria. In: PELBART, Peter Pál e ROLNIK, Suely (orgs.) *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de Pesquisas da Subjetividade do programa de Pós Graduação da Psicologia Clínica da PUC de São Paulo. São Paulo, 1996.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*.
Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KRAMER, Sonia, LEITE, Maria Isabel (orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996 (Prática Pedagógica).
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.
- RÉSEAU EUROPÉEN DES MODES DE GARDE D'ENFANTS. *Qualités des services pour les jeunes enfants: un document de réflexion*. Bruxelas: Commission des Communautés Européenes, 1990.
- ROSEMBERG, Fulvia (org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989 (Coleção temas em destaque).
- ROSEMBERG, Fulvia. CAMPOS, Maria M. Malta (orgs.). *Creches e pré-escolas no hemisfério norte*. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1994.
- SARTI, Cyntia Andersen. - *A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.